## A TRIBUNA

Publicado em 18/04/2023 - 05:51

Salário mínimo terá aumento real em 2024

## Salário mínimo terá aumento real

Contudo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vincula o percentual à aprovação do arcabouço fiscal

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, garantiu que o governo vai conceder reajuste real ao salário mí-nimo em 2024, como pro-meteu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha eleitoral. O valor do aumento aci-ma da inflação, contudo, vai depender da aprovação do arcabouço fiscal e da evo-

lução das receitas. "É óbvio que não há a menor chance de o Lula não dar aumento real do salário mínimo em 2024. Se tire de qualquer lugar, mas Lula não vai descum-prir promessa de campanha sobre salário. O quan-to de aumento real terá o salário mínimo vai depender da aprovação do arca-bouço", disse Tebet. O PLDO de 2024 estima que o salário mínimo irá

subir para R\$ 1.389,00 no próximo ano. Sem a aprovação de uma nova política de valorização do piso salarial, o valor da proposta conside-ra apenas a correção pela inflação medida pelo INPC



Tebet: "não há a menor chance" do mínimo não ter reajuste real

neste ano, sem alta real. Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.302,00, mas o presi- de mento para R\$ 1.320,00 a partir de  $1^{\circ}$  de maio e criou

## **AO CONGRESSO**

Fernand Haddad, disse ontem que o envio da proposta de lei complementar do novo arcabouço fiscal deve ocorrer entre a hoje e amanhã. Segundo ele, a entrega do texto aos parlamentares depende da agenda da Casa Civil e dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

um grupo de trabalho para discutir uma política de valorização permanente.

PARALISAÇÃO A dependência do aumento real ao arcabouço se dá, segundo Tebet, pela mar-gem pequena de recursos disponível, por causa do teto de gastos, caso a nova medida fiscal não seja apro-vada no Congresso vada no Congresso.

"Apenas 6% do orcamento são despesas discricioná-rias, ou seja, que o governo tem alguma liberdade. Os outros 94% são despesas

obrigatórias e não temos espaço de manipulação em relação ao orçamento. O teto ruiu, caiu e não existe mais. E precisamos do novo arcabouço fiscal".

Nesse panorama, o pro-jeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 possui apenas R\$ 24 bilhões em recursos – que acabariam sendo utilizados para evitar o colap-

so da máquina pública. Esse impasse orçamen-tário afetaria não apenas a tario afetaria nao apenas a manutenção e funciona-mento dos órgãos, mas também políticas públi-cas consideradas priori-tárias, segundo o Ministé-rio do Planejamento.

"Todos os programas so-ciais funciar no compropo-

Todos os programas so-ciais ficariam comprome-tidos daquilo que se apro-vou do ano passado para cá. Isso é o que nos anima que o Congresso terá sensi-bilidade de avaliar o arca-bouço fiscal, que seria a saída que temos para cum-prir aquilo que promete-mos de responsabilidade fiscal com social", decla-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1